

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Comis BrasileiraClass.: Unidades de ConservaçãoData: 05/06/93Pg.: 13

Consórcios vão administrar a preservação

O Ministério do Meio Ambiente está implantando uma experiência inédita em todo o País: a criação de consórcios para administrar áreas de conservação ambiental. Os três primeiros consórcios serão criados hoje, no Rio de Janeiro, pelo ministro, Coutinho Jorge (foto). Eles destinam-se a administrar, em regime de co-gestão, os parques nacionais da Tijuca, na cidade do Rio; da Serra dos Órgãos, em Teresópolis; e da Serra da Bocaina, em Guapimirim. A criação de consórcios, previsto no Programa de Descentralização das Atividades Ambientais do Ministério, faz parte das comemorações da Semana do Meio Ambiente e do primeiro aniversário da Conferência Rio-92.

A solenidade de criação dos consórcios acontece às 10h no Palácio Guanabara. Além do ministro, assinam os convênios o governador Leonel Brizola e os prefeitos César Maia, do Rio; Luís Barbosa Corrêa, de Teresópolis; Nelson Costa de Melo, de Guapimirim; e Nelson Antônio dos Santos,



de Guaratinguetá e presidente do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira Paulista (Codivap). Participam ainda o presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN); Jairo Costa, representando as Organizações Não-Governamentais (ONGs), e o presidente em exercício do Banco do Brasil, Sinval Guazelli, agente financiador dos consórcios.

A proposta do ministro Coutinho Jorge é descentralizar a administração das áreas ambientais do Governo Federal para que sejam fortalecidas as atividades de fiscalização e conservação dessas unidades. O ministro entende que, sozinho, o Governo não tem condições humanas e operacionais de fiscalizar todas as áreas ambientais sob sua responsabilidade.

O caso do Parque Nacional da Tijuca é um exemplo dessas dificuldades. Atualmente, a administração do parque é competência exclusiva da Superintendência do Ibama do Rio. O instituto dispõe de apenas 25 fiscais para atender todo o estado, o que dificulta fiscalizar os três mil 300 hectares que compreendem a Floresta da Tijuca.

A criação de consórcios foi a alternativa encontrada pelo ministro Coutinho Jorge para melhorar a área — uma alternativa que permite envolver e dividir com o governo do estado, prefeituras e com a sociedade civil organizada, através das Organizações Não-Governamentais (ONGs), a responsabilidade pela preservação desses parques.

Os três consórcios vão ser compostos por órgãos que representam o Ministério do Meio Ambiente, no caso o Ibama, o governo do estado e as prefeituras. Para o Parque da Tijuca, compõem o consórcio a Polícia Militar do estado, o Batalhão Florestal, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feema), a Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb) e a Riotur, além da ONG Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN).

Através do "Consórcio Verde", o ministro acredita ser possível corrigir as distorções, adotando medidas que possibilitem a auto-suficiência financeira dos parques. Os recursos obtidos com a exploração turística podem ser reaplicados na conservação, manutenção, limpeza, segurança e em projetos de educação ambiental a serem desenvolvidos.